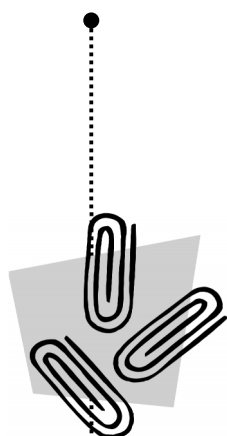


Anexo 3.04



Avaliação dos alunos do Ensino Básico,

**de acordo com os princípios da reforma curricular de 1989,
Decreto-Lei n.º 286/89 (Despacho n.º 162/ME/91, de 23 de Outubro;
Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 26 de Junho;
Parecer n.º 02/92 do Conselho Nacional da Educação, de 06 de Novembro;
Despacho Normativo n.º 644-A/94, de 15 de Setembro)**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Gabinete do Ministro

Desp. 162/ME/91. — A Lei 46/86, de 14-10, Lei de Bases do Sistema Educativo, consagra princípios orientadores que determinam o modelo de avaliação a adoptar para o ensino básico, nomeadamente quando define o ensino básico como universal e obrigatório e quando garante o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

Em coerência com os princípios enunciados, no seu art. 7.º, define como primeiro objectivo do ensino básico «assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilização estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social».

De acordo com os objectivos enunciados no seu art. 9.º, consagra ainda a Lei de Bases do Sistema Educativo que o ensino secundário deve «assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituem suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa».

Em conformidade com a mesma lei, o Dec.-Lei 286/89, que estabelece os planos curriculares dos ensinos básico e secundário, atribui ao sistema de avaliação as funções de «estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão» e de «garantir o controlo da qualidade do ensino».

A progressiva generalização da reforma curricular requer, pois, a definição de um novo sistema de avaliação dos alunos, condizente com os princípios consagrados pela Lei de Bases e com as práticas educativas que lhes são consequentes.

Assim, ao abrigo dos arts. 7.º e 9.º da Lei 46/89, de 14-10, e do art. 10.º do Dec.-Lei 286/89, de 29-8, determino:

1 — É aprovado o sistema de avaliação dos alunos, publicado em anexo a este despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O novo sistema de avaliação dos alunos será aplicado, em cada ano de escolaridade, no ano lectivo em que são generalizados os novos programas.

3 — O Instituto de Inovação Educacional, em acordo com as atribuições que lhe são cometidas, deverá desenvolver os estudos convenientes para o aperfeiçoamento do sistema e propor, se tal se mostrar necessário, as modificações consequentes. Deverá nomeadamente:

Identificar problemas decorrentes da aplicação do novo sistema; Estudar, recolher e produzir materiais sobre a avaliação dos alunos, de modo a constituir documentação de apoio aos professores dos ensinos básico e secundário;

Prosseguir o trabalho de concepção e de produção de instrumentos de avaliação;

Desenvolver os estudos necessários à preparação dos instrumentos de avaliação aferida dos 9.º e 12.º anos de escolaridade, para aplicação no final do ano lectivo de 1994-1995.

9-9-91. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

CAPÍTULO I

Processo de avaliação

I

Funções da avaliação

1.1 — A avaliação dos alunos nos ensinos básico e secundário constitui o processo integrador da prática educativa que permite a reco-

lha de informações e a formação das decisões adaptadas às necessidades e capacidades do aluno.

1.2 — Enquanto elemento regulador da prática educativa, a avaliação tem carácter sistemático e contínuo, permitindo:

- a) Determinar as diversas componentes do processo de ensino aprendizagem, nomeadamente a selecção dos métodos e recursos educativos, as adaptações curriculares e as respostas às necessidades educativas especiais dos alunos;
- b) Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores e com os encarregados de educação;
- c) Melhorar a qualidade do sistema educativo através da introdução de alterações curriculares ou processuais que se afigurem necessárias.

2

As modalidades da avaliação

2.1 — No ensino básico e secundário distinguem-se as modalidades de avaliação seguintes, as quais se devem harmonizar na contribuição para o autêntico sucesso educativo dos alunos e qualidade do sistema educativo:

- a) Avaliação formativa;
- b) Avaliação sumativa;
- c) Avaliação aferida;
- d) Avaliação especializada.

3

Avaliação formativa

3.1 — A avaliação formativa, principal modalidade de avaliação na estrutura curricular do ensino básico e secundário, é da responsabilidade do professor e consiste na avaliação destinada a informar o aluno, o seu encarregado de educação e o professor do estado de cumprimento dos objectivos programáticos do currículo, a fim de se estabelecerem metas intermédias, de se corrigirem erros ou desvios, de se escolherem novos métodos, de se procurarem recursos alternativos ou de se confirmar o percurso realizado.

3.2 — A avaliação formativa tem carácter sistemático, positivo e contínuo, baseando-se o professor na recolha de dados relativos aos vários domínios de aprendizagem que evidenciam os conhecimentos e competências que o aluno foi adquirindo, as capacidades e atitudes que foi desenvolvendo, bem como as destrezas que foi dominando.

3.3 — A avaliação formativa permite seguir a evolução do aluno, em relação ao início de cada unidade, ano ou ciclo de ensino, julgar o grau de cumprimento dos objectivos de aprendizagem propostos, favorecendo a confiança própria e estimulando a prossecução do sucesso educativo.

3.4 — A avaliação formativa, traduzindo-se normalmente de forma descritiva e qualitativa, pode, em momentos determinados, exprimir-se num índice quantitativo, designadamente no termo de cada período e final de ano lectivo.

4

Avaliação sumativa

4.1 — A avaliação sumativa é da responsabilidade da escola e consiste na avaliação que, ao integrar todos os aspectos de progresso ou não progresso dos alunos, evidenciados pela avaliação formativa, termina com uma decisão de impacto na colocação do aluno em classes com níveis apropriados, no regime de progressão ou na obtenção de diplomas ou certificados.

4.2 — A avaliação sumativa dá-se apenas em certos momentos do percurso escolar e é regida de modo especial por critérios de objectividade, com vista a garantir o controlo de qualidade do sucesso atingido.

5

Avaliação aferida

5.1 — A avaliação aferida destina-se a medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares, utilizando instrumentos aferidos ao conjunto de alunos do mesmo nível de ensino, visando o controlo da qualidade do sistema educativo e a confiança social nos diplomas escolares, através de validação externa.

5.2 — A avaliação aferida á utilizada no momento em que:

- a) Se julga que a obtenção de diplomas se deve reger por padrões comuns no domínio dos saberes e aptidões;
- b) Se entende avaliar o sistema educativo;
- c) Se pretende avaliar os resultados curriculares ou processuais do sistema de ensino, a nível nacional, regional ou local.

6

Avaliação especializada

6.1 — A avaliação especializada consiste na avaliação efectuada por serviços de orientação e psicologia educativa para aqueles casos em que uma programação individualizada pode contribuir para o sucesso escolar dos alunos.

6.2 — A avaliação especializada só pode ser requerida pelo conselho pedagógico mediante proposta do professor interveniente, no primeiro ciclo, ou do conselho de turma, nos outros ciclos do ensino básico ou do ensino secundário.

6.3 — No processo de avaliação especializada estão presentes os professores intervenientes, sendo os encarregados de educação previamente ouvidos pelos serviços de orientação e psicologia educativa e pelo director de turma.

6.4 — A programação individualizada e o correspondente itinerário de formação recomendados no termo desta modalidade de avaliação serão feitos com o conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação.

CAPÍTULO II

O regime de transição e progressão

7

Articulação das modalidades de avaliação

7.1 — As diferentes modalidades de avaliação articulam-se ao longo dos vários anos e ciclos ou níveis de ensino, respeitando os diversos ritmos de desenvolvimento pessoal dos alunos, a sua capacidade de recuperação e as necessidades de controlo do sistema educativo.

7.2 — A avaliação formativa realiza-se de forma continuada ao longo de toda a escolaridade, visando a verificação da qualidade do percurso escolar do aluno, a necessidade de aplicação de medidas de compensação ou de adaptação curricular, sempre que sejam detectadas dificuldades ou desajustes no processo de ensino aprendizagem.

7.3 — A avaliação sumativa tem lugar normalmente no final de cada ciclo e confronta o desenvolvimento global do aluno com os objectivos terminais desse ciclo, a partir da análise integrada dos resultados evidenciados pela avaliação formativa.

7.4 — Sem prejuízo do estipulado no n.º 7.3, pode o conselho de turma, em qualquer das suas reuniões ordinárias, decidir proceder à avaliação sumativa extraordinária daqueles alunos cuja avaliação formativa indicou que a distância em relação aos objectivos curriculares é tal que pode ser do seu interesse a colocação noutra nível, a retenção no mesmo ano ou a recomendação para outro regime de estudos.

7.5 — O resultado da avaliação sumativa pode incluir a decisão de colocar o aluno em classes com níveis mais adaptados ou a decisão de reter o aluno no mesmo ano, quando se verificar que as medidas de compensação utilizadas não foram suficientes para o cumprimento dos objectivos curriculares mínimos para o ciclo.

7.6 — A avaliação sumativa em caso algum poderá fazer-se antes do final do 2.º ano de escolaridade.

7.7 — A avaliação aferida para efeito de progressão escolar tem lugar apenas no final do ensino básico e no final do ensino secundário.

7.8 — O instrumento utilizado para a avaliação aferida mencionada no número anterior é um teste ou bateria de testes que mede com validade e fidedignidade o cumprimento de objectivos curriculares do ensino básico e do ensino secundário, devendo o resultado ser aferido e dado numa escala graduada que permita uma variedade de utilizações.

8

Periodicidade, informação e notação da avaliação formativa

8.1 — Todos os professores fazem uma avaliação formativa contínua ao longo do ano.

8.2 — Para efeitos de avaliação formativa, no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, o conselho de turma reúne regularmente, presidido pelo respectivo director de turma, no fim de cada um dos períodos lectivos, de acordo com o calendário escolar aprovado.

8.3 — Fazem parte do conselho de turma reunido para avaliação formativa todos os professores de turma.

8.4 — A cada escola caberá decidir da oportunidade de reuniões intercalares.

8.5 — O sistema de avaliação formativa compreende dispositivos de informação ao aluno e ao seu encarregado de educação, bem como procedimentos de notação do aproveitamento escolar, da responsabilidade do professor, no 1.º ciclo, ou do conselho de turma, nos restantes ciclos no ensino básico e secundário.

8.6 — A notação da avaliação formativa deve obedecer aos seguintes princípios:

- No 1.º ciclo do ensino básico os resultados da avaliação formativa são expressos de forma descritiva;
- Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário a avaliação formativa assume um carácter descritivo e quantitativo e expressa-se numa escala de 0 a 20.

9

Notação da avaliação sumativa

9.1 — A avaliação sumativa é expressa nos juízos *Aprovado* ou *Não aprovado*.

9.2 — O juízo *Aprovado* será acompanhado pelas seguintes menções qualitativas e das correspondentes médias por área disciplinar ou disciplina, nos casos, respectivamente, do 2.º ciclo e do 3.º ciclo do ensino básico:

- Aprovado com aproveitamento desigual*, quando a média ponderada de todas as disciplinas anuais é superior a 10, havendo, no entanto, disciplinas com classificação inferior a 10;
- Aprovado com aproveitamento regular*, quando a média ponderada de todas as disciplinas anuais se situa entre 10 e 13, sem disciplinas com classificações inferiores a 10, ou quando a média é superior a 13, mas com disciplinas com classificações inferiores a 12;
- Aprovado com bom aproveitamento* quando a média ponderada de todas as disciplinas anuais se situa entre 14 e 16, sem disciplinas com classificações inferiores a 12, ou quando a média é superior a 16, mas com disciplinas com classificações inferiores a 14;
- Aprovado com excelente aproveitamento*, quando a média ponderada de todas as disciplinas se situa entre 17 e 20, sem disciplinas com classificação inferior a 14.

10

Avaliação sumativa extraordinária

10.1 — Quando o professor, no 1.º ciclo do ensino básico, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou no ensino secundário, decidem proceder à avaliação sumativa de um determinado aluno fora do final de cada ciclo ou nível de ensino, devem informar esse aluno e os seus encarregados de educação, pelo menos com um trimestre de antecedência.

10.2 — A avaliação sumativa extraordinária referida no número anterior será feita no final do ano lectivo, tendo então os efeitos e seguindo as normas da avaliação sumativa ordinária.

11

Medidas de compensação

11.1 — Nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, com base nos resultados da avaliação formativa, as escolas organizam medidas de compensação educativa sempre que sejam detectadas dificuldades de aprendizagem que comprometam o cumprimento dos objectivos curriculares do respectivo ciclo.

11.2 — As medidas de compensação referidas no número anterior podem constituir um programa específico elaborado pelo professor da classe, no 1.º ciclo, da área disciplinar, no 2.º ciclo, e de disciplina, no 3.º ciclo;

11.3 — As medidas de compensação podem também consistir num programa de tutoria, feito com a participação do professor de apoio, em íntima articulação com os professores regulares, ou em programas alternativos aprovados pelo conselho pedagógico.

11.4 — Os professores responsáveis pela aplicação de medidas de compensação deverão apresentar, no final de cada trimestre, ao órgão de gestão da escola relatório descrito do aproveitamento de cada aluno, bem como parecer sobre a conveniência de continuação ou suspensão das medidas aplicadas.

11.5 — No ensino secundário podem ser organizadas medidas de compensação para os alunos que, por razões imputáveis à escola, se encontrem claramente impossibilitados do cumprimento dos objectivos curriculares.

12

Níveis diferentes

12.1 — No 3.º ciclo do ensino básico os alunos com aproveitamento desigual podem ser colocados em classes com diferentes níveis de exigência, podendo o aluno frequentar em cada ano um máximo de três disciplinas a nível introdutório e as restantes a nível geral.

12.2 — A colocação nos níveis introdutórios deve ser decisão da avaliação sumativa, devendo sempre ser revista ao longo da avaliação formativa.

13

Retenção

13.1 — A decisão da retenção tem sempre carácter excepcional, depois de se ter esgotado o recurso a medidas de compensação educativa e o benefício de colocação em níveis introdutórios de exigência, devendo, portanto, revestir-se de especial cuidado para garantir a sua necessidade, utilidade e justiça.

13.2 — Pertence ao professor, no 1.º ciclo, ou ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, decidir da retenção do aluno no termo da avaliação sumativa, de acordo com o n.º 7.5.

13.3 — Considera-se que o aluno é passível de retenção quando, de acordo com o n.º 1 deste n.º 13, no 1.º ciclo, a avaliação sumativa indicar grande atraso do rendimento escolar em relação aos objectivos propostos.

13.4 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico considera-se que um aluno é passível de retenção quando, de acordo com este n.º 13.1, o aluno obtenha uma média ponderada inferior a 10 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Média ponderada} = \frac{\frac{\text{Nota } h}{A \times A} + \frac{\text{Nota } h}{B \times B} + \dots + \frac{\text{Nota } h}{N \times N}}{\frac{h}{A} + \frac{h}{B} + \dots + \frac{h}{N}}$$

sendo:

A, B, ..., N = disciplinas;

h = número de horas por disciplina.

13.5 — No ensino secundário a retenção faz-se em relação a cada uma das disciplinas quando o aluno não obtiver classificação igual ou superior a 10.

13.6 — Nos três ciclos do ensino básico e no ensino secundário todos os professores se devem pronunciar quanto à competência evidenciada pelos alunos no domínio da língua materna no âmbito da sua disciplina, nomeadamente quanto à capacidade de comunicação, quer oral quer escrita.

13.7 — O estipulado no número anterior deve ter sido atentamente ponderado sempre que se decidir pela retenção do aluno.

14

Retenção repetida

14.1 — Quando, no termo de uma avaliação sumativa, se decide que um aluno que já foi retido em qualquer ano de escolaridade não possui as condições necessárias para a progressão normal, deve o aluno ser sujeito a uma avaliação interdisciplinar no âmbito dos serviços de orientação e psicologia educacional, com a colaboração de todos os professores intervenientes no processo.

14.2 — Os encarregados de educação devem participar activamente no processo de avaliação, podendo recorrer ao director regional de educação em caso de não concordância com a decisão.

14.3 — A proposta decorrente desta avaliação está sujeita a ratificação pelo conselho pedagógico com base em relatório que inclua:

- O processo individual do aluno, de que constem elementos sobre a avaliação formativa nos anos anteriores, bem como o registo de avaliação formativa do ano em curso;
- Relatório contendo os pareceres mencionados no n.º 13.6;
- A referência das medidas de compensação que foram sendo aplicadas;
- O relato dos contactos estabelecidos com os encarregados de educação que integre o seu parecer sobre a proposta de permanência do aluno no mesmo ano;
- O parecer dos serviços de psicologia e orientação, nos casos em que a escola disponha do seu apoio.

14.4 — O órgão de administração e gestão coordenará a execução das recomendações feitas pela avaliação.

15

Certificado e diploma

15.1 — No final do 3.º ciclo do ensino básico serão atribuídos certificados de frequência ou diplomas pelo órgão de gestão da escola, nos termos dos números seguintes.

15.2 — Ao aluno do ensino público e do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico que obtiver aprovação na avaliação sumativa da escola e, cumulativamente, obtiver média positiva, nos termos do n.º 15.9, será atribuído o diploma do ensino básico.

15.3 — O aluno do ensino público e do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico que não obtiver aprovação na avaliação sumativa da escola poderá autopropor-se à prova aferida no final do 3.º ciclo do ensino básico e, sendo aprovado, ser-lhe-á atribuído o diploma do ensino básico com a classificação obtida na prova aferida.

15.4 — O aluno que tenha frequentado o 9.º ano de escolaridade com assiduidade e que não queira submeter-se à avaliação sumativa do 3.º ciclo ou que, submetendo-se, não fique aprovado pode requerer um certificado de frequência do ensino básico.

15.5 — O certificado de frequência do ensino básico pode ainda ser atribuído mediante requerimento do aluno ou do seu encarregado de educação quando aquele tiver atingido a idade limite da escolaridade obrigatória e tiver frequentado a escola com assiduidade.

15.6 — O certificado de frequência do ensino básico é, para todos os efeitos legais, equivalente ao diploma do ensino básico, com excepção da faculdade de prosseguimento de estudos.

15.7 — Do certificado de frequência do ensino básico não constará qualquer menção sobre resultados de avaliação.

15.8 — O diploma do ensino básico conterà a classificação final, expressa na escala de 0 a 20.

15.9 — A classificação acima mencionada é calculada através da média aritmética, ponderada, arredondada ao inteiro mais próximo, tendo o resultado da avaliação aferida peso 1 e a média das classificações da avaliação formativa, calculada nos termos do n.º 13.4, peso 2.

15.10 — O certificado de frequência do ensino secundário será atribuído aos alunos que tenham obtido na avaliação sumativa classificação igual ou superior a 10 em cada uma das disciplinas do seu plano curricular.

15.11 — Ao aluno que obtiver aprovação na avaliação sumativa em cada uma das disciplinas do plano curricular, bem como na avaliação aferida no final do 12.º ano, será atribuído o diploma do ensino secundário.

15.12 — Para os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário público e do ensino secundário particular ou cooperativo com paralelismo pedagógico a classificação final de cada disciplina resulta da média aritmética simples, arredondada às décimas, entre a classificação final de frequência e a classificação obtida na avaliação aferida da mesma disciplina.

15.13 — Para os alunos que na frequência obtiverem classificação inferior a 10 e para os candidatos autopropostos à prova aferida a classificação final de cada disciplina será a que resulta da prova de aferição respectiva.

15.14 — O diploma do ensino secundário discriminará os resultados obtidos em cada disciplina, referindo a classificação sumativa final de frequência e a classificação obtida na prova de aferição.

15.15 — O certificado de frequência e o diploma do ensino básico não serão concedidos aos alunos que ultrapassem em faltas o equivalente ao número de aulas semanais multiplicadas por três, exceptuando-se as que contam para fins estatísticos.

15.16 — Os alunos do ensino secundário serão excluídos da frequência de cada disciplina ao ultrapassarem em número de faltas o número de aulas semanais multiplicadas por três nessa disciplina.

16

Disposições finais e transitórias

Para efeitos de cumprimento do presente sistema de avaliação:

- a) No 1.º ciclo do ensino básico as funções atribuídas ao conselho pedagógico são desempenhadas pelo conselho escolar;
- b) No 1.º ciclo do ensino básico as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo director;
- c) Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como no ensino secundário, as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo presidente do conselho directivo ou pelo director executivo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho Normativo n.º 98-A/92

A avaliação dos alunos do ensino básico é uma exigência decorrente dos princípios e objectivos definidos para este nível de ensino no artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, permitindo aferir, a cada momento, do estágio de realização dos mesmos.

Entre aqueles princípios e objectivos sobressaem, para efeitos do modelo de avaliação a adoptar, o da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, bem como o dever de assegurar uma formação geral, comum a todos os portugueses, e de criar condições de promoção e sucesso escolar a todos os alunos.

Idênticos princípios obtiveram consagração no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, resultando daí a necessidade de compatibilizar o sistema de avaliação com a organização curricular constante daquele diploma.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto:

Determina-se o seguinte:

1 — É aprovado o sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, publicado em anexo a este despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O novo sistema de avaliação será aplicado, em cada ano de escolaridade, no ano lectivo em que são generalizados os novos programas.

3 — Ao Instituto de Inovação Educacional, no âmbito das atribuições que lhe estão legalmente cometidas, cabe:

- Conceber e produzir instrumentos de avaliação dos alunos;
- Estudar, recolher e produzir materiais sobre a avaliação dos alunos;
- Acompanhar e avaliar a aplicação do novo sistema de avaliação dos alunos;
- Desenvolver os estudos necessários à preparação dos instrumentos da avaliação prevista no n.º 43 do anexo ao presente despacho;
- Integrar nos estudos e propostas de desenvolvimento curricular metodologias de avaliação, tendo em vista o reforço do processo de aprendizagem.

4 — É revogado o Despacho n.º 162/ME/91, de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 23 de Outubro de 1991.

Ministério da Educação, 19 de Junho de 1992. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

ANEXO

Sistema de avaliação dos alunos do ensino básico

CAPÍTULO I

Processo de avaliação

Objecto de avaliação

1 — A avaliação dos alunos do ensino básico incide sobre o cumprimento dos objectivos gerais de cada um dos ciclos e dos objectivos específicos de cada disciplina ou área disciplinar.

2 — A avaliação deve considerar os processos de aprendizagem, o contexto em que a mesma se desenvolve e as funções de estímulo, socialização e instrução próprias do ensino básico.

3 — Nos três ciclos do ensino básico todos os professores devem, no âmbito da sua disciplina e no quadro da avaliação formativa, pronunciar-se quanto à competência evidenciada pelos alunos em relação ao domínio da língua portuguesa, nomeadamente quanto ao desenvolvimento da sua capacidade de comunicação oral e escrita.

4 — O Ministério da Educação, tendo em conta as finalidades do ensino básico e de cada ciclo de estudos, definirá, a nível nacional, os objectivos curriculares mínimos do ensino básico e de cada um dos seus ciclos.

5 — Na sequência da definição prevista no número anterior, compete ao conselho pedagógico, sob proposta dos grupos disciplinares ou departamentos curriculares, definir os objectivos mínimos de cada disciplina, área disciplinar e área escolar, tendo em conta as especificidades da comunidade educativa.

6 — À medida que o modelo de administração, direcção e gestão definido no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, for implementado, a definição referida no número anterior será objecto de ratificação pelo conselho de escola ou de área escolar.

Finalidades da avaliação

7 — A avaliação dos alunos no ensino básico é um elemento essencial para uma prática educativa integrada, permitindo a recolha de informações e a tomada de decisões adequadas às necessidades e capacidades do aluno.

8 — Enquanto elemento regulador da prática educativa, a avaliação tem carácter sistemático e contínuo, permitindo:

- Determinar as diversas componentes do processo de ensino e de aprendizagem, nomeadamente a selecção dos métodos e recursos educativos, as adaptações curriculares e as respostas às necessidades educativas especiais dos alunos;
- Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores e com os encarregados de educação;
- Auxiliar os alunos a formular, ou reformular, decisões que possam influir, positivamente, na promoção e consolidação do seu próprio processo educativo;
- Melhorar a qualidade do sistema educativo, através da introdução de alterações curriculares ou de procedimentos que se afigurem necessários.

Intervenientes

9 — A escola, através dos seus órgãos próprios, é responsável pelo percurso escolar dos alunos, devendo garantir a consecução dos objectivos da escolaridade obrigatória e o sucesso educativo dos alunos.

10 — A avaliação dos alunos do ensino básico pressupõe o trabalho em equipa de todos os professores envolvidos, em particular no conselho de turma, bem como a participação dos alunos e dos encarregados de educação, em condições a estabelecer no regulamento interno da escola ou área escolar.

11 — Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação dos alunos, nos termos adiante referidos, os seguintes serviços:

- Serviços de psicologia e orientação;
- Serviços de educação especial;
- Serviços ou entidades cuja contribuição o conselho pedagógico ou o conselho escolar considerem conveniente;
- Direcções regionais de educação.

Modalidades de avaliação

12 — No ensino básico distinguem-se as modalidades de avaliação seguintes:

- Avaliação formativa;
- Avaliação sumativa;
- Avaliação aferida;
- Avaliação especializada.

13 — As modalidades de avaliação referidas no número anterior devem harmonizar-se de modo a contribuirem para o sucesso educativo dos alunos e para a qualidade do sistema educativo.

14 — As diferentes modalidades de avaliação articulam-se ao longo dos vários anos e ciclos, considerando o ritmo de desenvolvimento pessoal dos alunos e a sua capacidade de realização.

Processo individual do aluno

15 — O percurso escolar do aluno deve ser registado num processo individual de que constem todos os elementos relevantes para o seu desenvolvimento integral.

16 — O professor, no 1.º ciclo, ou o director de turma, no 2.º e 3.º ciclos, é o responsável pela elaboração, consulta e conservação do processo individual, ao qual têm acesso, além dos alunos, os seus professores, os pais e os encarregados de educação.

17 — Os elementos contidos no processo individual são de carácter confidencial, devendo este acompanhar o aluno na sua progressão ao longo da escolaridade básica, sendo devolvido, no seu termo, aos pais ou encarregados de educação.

Avaliação formativa

18 — A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico e destina-se a informar o aluno, o seu encarregado de educação, os professores e outros intervenientes sobre a qualidade do processo educativo e de aprendizagem, bem como sobre o estado de cumprimento dos objectivos do currículo, a fim de permitir:

- a) Estabelecer metas intermédias que favoreçam a confiança própria na prossecução do sucesso educativo;
- b) Adoptar novas metodologias e medidas educativas de apoio, ou de adaptação curricular, sempre que sejam detectadas dificuldades ou desajustamentos no processo de ensino e de aprendizagem.

19 — A avaliação formativa tem carácter sistemático e contínuo, baseando-se na recolha, pelo professor, de dados relativos aos vários domínios da aprendizagem que evidenciam os conhecimentos e competências adquiridos, as capacidades e atitudes desenvolvidas, bem como as destrezas dominadas.

20 — A avaliação formativa é da responsabilidade conjunta do professor em diálogo com os alunos e os outros professores, e dos órgãos de orientação e apoio educativo, cabendo ao director de turma, no 2.º e 3.º ciclos, a função de coordenar a avaliação, garantindo o seu carácter globalizante e integrante.

21 — Para efeitos de formalização da avaliação formativa no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, o conselho de turma, presidido pelo respectivo director de turma, reúne, ordinariamente, no final de cada um dos períodos lectivos, de acordo com o calendário escolar aprovado.

22 — Fazem parte do conselho de turma todos os professores da turma, podendo o presidente solicitar a presença de outros intervenientes na avaliação.

23 — A avaliação formativa articula-se com dispositivos de informação do aluno e do seu encarregado de educação, sendo da responsabilidade do professor, no 1.º ciclo, ou do conselho de turma, nos restantes ciclos.

24 — A avaliação formativa traduz-se de forma descritiva e qualitativa, podendo utilizar perfis de aproveitamento ou registos estruturados de avaliação.

Avaliação sumativa

25 — A avaliação sumativa tem em conta a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e traduz-se num juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos e competências, capacidades e atitudes do aluno, tomando como referência o estabelecido nos n.ºs 4 e 5.

26 — A avaliação sumativa é da responsabilidade de todos os professores e técnicos de educação que integram o conselho de turma, assumindo o director de turma especial responsabilidade pela coordenação dos trabalhos e pela garantia da natureza globalizante e integrante da avaliação.

27 — Compete ao conselho pedagógico, ou ao conselho escolar, no 1.º ciclo, definir os critérios gerais da avaliação sumativa, aos quais o conselho de turma, ou o professor, se têm de referenciar.

28 — A avaliação sumativa ocorre, ordinariamente, no final de cada um dos períodos lectivos e no final de cada ciclo.

29 — A avaliação sumativa realiza-se na reunião do conselho de turma que formaliza a avaliação formativa, permitindo a tomada de decisões sobre apoios e complementos educativos.

30 — A avaliação sumativa, realizada no final de cada ciclo, confronta o desenvolvimento global do aluno com os objectivos globais desse ciclo.

31 — A avaliação referida no número anterior tem em conta a avaliação formativa e a avaliação sumativa realizada no final de cada ano lectivo, dando origem a uma decisão sobre a progressão ou retenção do aluno.

32 — A avaliação sumativa, no 1.º ciclo do ensino básico, exprime-se de forma descritiva.

33 — A avaliação sumativa, no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, exprime-se na escala de 1 a 5, acompanhada de uma síntese dos registos descritivos decorrentes do processo de avaliação formativa.

34 — Em caso algum poderá proceder-se à avaliação sumativa antes do final do 2.º ano de escolaridade.

35 — Para efeitos de progressão, a avaliação sumativa, realizada no final de cada ciclo, exprime-se através dos juízos de *Aprovado* ou *Não aprovado*.

Avaliação sumativa extraordinária

36 — O conselho escolar, no 1.º ciclo, e o conselho de turma, nos restantes ciclos, podem decidir, em reunião ordinária realizada no final do 2.º período de qualquer ano lectivo, proceder a uma avaliação sumativa extraordinária do aluno, no caso de a avaliação ter indicado que a qualidade dos processos de aprendizagem e a distância em relação aos objectivos curriculares podem aconselhar a sua retenção no mesmo ano.

37 — Para efeitos do disposto no número anterior, a decisão de proceder à avaliação extraordinária deve ser comunicada ao aluno e ao encarregado de educação, no prazo de cinco dias úteis.

38 — A utilização do mecanismo previsto nos números anteriores determina a adopção de um plano de recuperação do aluno, através do estabelecimento ou do reforço de medidas de apoio educativo.

39 — A decisão decorrente da avaliação sumativa extraordinária formaliza-se na reunião ordinária do conselho de turma ou do conselho escolar, realizada no final do ano lectivo, tendo como efeito a progressão do aluno para o ano seguinte ou a sua retenção no mesmo ano no caso de se verificar que as medidas de apoio educativo adoptadas não foram suficientes para o cumprimento dos objectivos curriculares mínimos definidos.

40 — À avaliação sumativa extraordinária aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto para a avaliação sumativa ordinária.

Avaliação aferida

41 — A avaliação aferida destina-se a medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos, definidos, a nível nacional, para cada ciclo do ensino básico, visando o controlo da qualidade do sistema de ensino, a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e, ainda, a confiança social no sistema escolar.

42 — A avaliação aferida é utilizada no momento em que se pretende avaliar o sistema de ensino, a nível nacional, regional ou local, visando, em especial, os respectivos resultados curriculares e procedimentos adoptados, segundo padrões comuns, no domínio dos saberes e aptidões.

43 — A avaliação referida no número anterior não tem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos e pode ter lugar em qualquer momento do ano lectivo, sendo da responsabilidade dos organismos competentes do Ministério da Educação a elaboração das respectivas provas.

44 — Para efeitos de medição de grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos, definidos segundo o processo estabelecido no n.º 5, poderão realizar-se provas aferidas no início do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, sempre que tal seja considerado conveniente pelo conselho pedagógico.

45 — As provas referidas no número anterior são elaboradas, coordenadas e avaliadas sob a responsabilidade do conselho pedagógico.

Avaliação especializada

46 — A avaliação especializada consiste na avaliação multidisciplinar e interdisciplinar efectuada por professores e outros técnicos de educação, nos casos em que uma programação individualizada pode contribuir para o sucesso educativo dos alunos.

47 — A avaliação especializada é feita, no 1.º ciclo, por solicitação do conselho escolar, mediante proposta do professor e, no 2.º e 3.º ciclos, por solicitação do conselho de turma, mediante proposta do director de turma.

48 — Na avaliação especializada participam os professores intervenientes no processo de ensino e de aprendizagem, sendo os encarregados de educação previamente ouvidos pelos técnicos de educação cuja intervenção o presidente do conselho de turma entenda conveniente.

49 — A programação individualizada e o correspondente itinerário de formação, recomendados no termo desta modalidade de avaliação, serão feitos com o conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação.

50 — No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, cabe ao conselho directivo, ou ao director executivo, ouvido o conselho pedagógico e o encarregado de educação, criar as condições necessárias à implementação e controlo periódico das medidas previstas no número anterior ou a suspensão das mesmas.

CAPÍTULO II

Efeitos da avaliação

Progressão e retenção

51 — O efeito da avaliação sumativa é, por norma, a progressão dos alunos, devendo a decisão sobre uma eventual retenção ocorrer, ordinariamente, no final de cada ciclo, assumindo carácter eminentemente pedagógico.

52 — A retenção consiste na manutenção do aluno no ano de escolaridade a que se reporta a avaliação, podendo traduzir-se na repetição de todo o plano de estudos desse ano ou no cumprimento de um plano de apoio específico que integre as disciplinas ou áreas disciplinares em que o aluno não demonstrou satisfazer os objectivos mínimos.

53 — Considera-se que o aluno é passível de retenção quando a avaliação sumativa revelar um grande atraso em relação aos objectivos e capacidades definidas, a nível central e local, para esse ano ou ciclo.

54 — A decisão da retenção tem sempre carácter excepcional, depois de se ter esgotado o recurso a apoios e complementos educativos, devendo, portanto, revestir-se de especial cuidado para garantir a sua necessidade, utilidade e justiça.

55 — A decisão de retenção é da competência do professor, no 1.º ciclo, e do conselho de turma, no 2.º e 3.º ciclos, devendo o respectivo presidente elaborar um relatório que contemple uma proposta sobre o disposto no n.º 52, a ser executada no ano lectivo seguinte.

56 — Compete ao conselho pedagógico, ou ao conselho de escola, no 1.º ciclo, aprovar o relatório referido no número anterior, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

Retenção repetida

57 — Sempre que, no decurso de uma avaliação sumativa, se concluir que um aluno que já foi retido em qualquer ano de escolaridade não possui as condições necessárias à sua progressão, deve o mesmo ser submetido a uma avaliação especializada que ponderará as vantagens educativas de nova retenção.

58 — A proposta decorrente da avaliação referida no número anterior está sujeita a ratificação pelo conselho pedagógico, com base em relatório que inclua:

- a) O processo individual do aluno;
- b) Relatório contendo os pareceres decorrentes do disposto no n.º 3;
- c) A referência aos apoios e complementos educativos aplicados;
- d) Relatório dos contactos estabelecidos com os encarregados de educação que integre o parecer destes sobre a proposta de manutenção do aluno no mesmo ano;
- e) O parecer dos serviços de psicologia e orientação, quando existam na escola;
- f) O plano de apoio educativo específico, a ser executado no ano lectivo seguinte.

59 — Os encarregados de educação, enquanto intervenientes regulares do processo de avaliação, devem ser chamados a participar na análise e nas decisões produzidas no âmbito do disposto no número anterior, podendo recorrer para o director regional de educação, no caso de não concordância com a decisão de uma segunda retenção.

60 — O conselho directivo, o conselho escolar ou o director executivo coordenam a execução das recomendações decorrentes do processo de avaliação previsto nos números anteriores, sendo especialmente responsáveis pela promoção do sucesso educativo desses alunos.

Apoio e complementos educativos

61 — Visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos, devem os órgãos próprios das escolas instituir actividades e medidas de apoio educativo, sempre que as mesmas se revelarem necessárias.

62 — As actividades e medidas de apoio e complemento educativos podem ser realizadas quer numa perspectiva disciplinar quer numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

63 — Todos os órgãos próprios da escola devem disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários, assegurando em tempo oportuno as condições de espaço e horário adequados a favorecer, de modo positivamente diferenciado, os alunos que frequentem os apoios e complementos educativos.

64 — As medidas de apoio educativo traduzem-se na implementação de planos de acção ou programas, compreendendo conteúdos e processos pedagógicos adequados, que o presidente do conselho de turma propõe e avalia, o conselho pedagógico aprova e o conselho directivo, ou o director executivo, coordena.

65 — As medidas de apoio educativo podem assumir uma, ou várias, das seguintes formas:

- a) Um programa específico elaborado pelo professor da turma, no 1.º ciclo, da área disciplinar, no 2.º ciclo, e de disciplina, no 3.º ciclo;
- b) Um programa interdisciplinar ou transdisciplinar, no 2.º e 3.º ciclos, proposto e coordenado pelo coordenador de ano dos directores de turma, no caso do modelo de gestão instituído pelo Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, ou pelo coordenador dos directores de turma, no caso do modelo de gestão instituído pelo Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de Outubro, e realizado por uma equipa integrada pelos professores das diversas disciplinas envolvidas;
- c) Programas alternativos, podendo incluir a constituição de grupos de nível, propostos pelo conselho pedagógico e aprovados pelo conselho de escola ou área escolar, no caso das escolas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio.

66 — Os professores responsáveis pelas medidas de apoio educativo deverão apresentar ao director de turma, no final de cada trimestre, um relatório descritivo do aproveitamento de cada aluno, bem como parecer sobre a conveniência da manutenção, ou suspensão, das medidas aplicadas.

67 — O relatório previsto no número anterior deve ser apresentado ao coordenador de ano dos directores de turma, que o apresentará, acompanhado de parecer, ao conselho pedagógico, para efeitos de decisão.

Certificação

68 — Ao aluno do ensino público, ou do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico, que obtiver aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo será atribuído, pelo respectivo órgão de gestão, o diploma de ensino básico.

69 — Ao aluno que atingir a idade limite da escolaridade obrigatória e que tiver frequentado a escola, com assiduidade, deverá, mediante requerimento do próprio ou do respectivo encarregado de educação, ser mandado passar, pelo órgão de gestão da escola, certificado do cumprimento da escolaridade obrigatória.

70 — O disposto no número anterior não impede que o aluno que tenha cumprido a escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo se candidate à obtenção do diploma de ensino básico, mediante a prestação de provas de exame, realizadas a nível de escola, na qualidade de aluno autoproposto.

71 — Para a realização das provas referidas no número anterior os órgãos competentes da escola facultam, sempre que possível, um apoio específico ao aluno autoproposto.

72 — As provas de exame para alunos autopropostos serão objecto de regulamentação posterior.

anunciado que o Instituto de Inovação Educacional encetaria estudos quanto às condições da sua exequibilidade, assim como a produção de materiais de apoio à avaliação.

Por razões diversas, entre as quais estará, seguramente, a descontinuidade nas chefias do Ministério da Educação, tal não aconteceu.

O Despacho n.º 162/ME/91, divulgado durante quase um ano, objecto de análise e debates, nunca foi experimentado em nenhuma escola e foi agora substituído pelo Despacho n.º 98-A/92, que se apresenta globalmente muito mais positivo que o anterior. Sem prejuízo das considerações que a seguir se apresentam sobre este novo diploma, é de assinalar que a sua elaboração não resultou nem de negociações com parceiros educativos, nem de indicações dadas pela sua experimentação. Em Julho de 1992 é publicado o diploma que, a partir de Setembro, deverá ser aplicado em todos os anos da escolaridade básica em que haverá a generalização dos novos programas. Não se conhecem ainda materiais de apoio.

2 — A avaliação dos alunos é uma questão central na vida da escola. O modo como se avalia deve decorrer das finalidades educativas e ser coerente com as pedagogias, os currículos, os programas e a organização pedagógica. Acontece que, por efeito perverso conhecido por todos os professores e por todos os alunos, os critérios da avaliação e as suas modalidades influenciam fortemente o modo como se ensina e a definição de prioridades no que é preciso ensinar.

A avaliação constitui uma questão fulcral e decisiva na orientação dos processos de ensino-aprendizagem. O caso recente da prva geral de acesso e o facto de a sua criação ter levado à existência de cursos de preparação para essa prova é disso exemplo flagrante. «Se a avaliação é assim, assim teremos que ensinar...». De elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação vem a tornar-se na razão de ser desse processo.

No caso da escola básica e obrigatória, visa-se o sucesso das aprendizagens de todos os alunos (e não a hierarquização e a selecção); é fundamental que a avaliação facilite essas aprendizagens, de que a obtenção do diploma de ensino básico corresponda a reais saberes e competências.

Na escola obrigatória, frequentada por todas as crianças e jovens dos grupos etários abrangidos, existe uma grande diversidade de alunos (diversidade pessoal, cultural e social). Não é possível, por isso, encarar o sucesso escolar sem a necessária diferenciação pedagógica, sem a adequação da escola às diversas realidades e necessidades que a justificam, ultrapassando a uniformidade, a rigidez e os modelos únicos que marcaram a escola dita «tradicional». Estas orientações pedagógicas, de difícil construção, supõem processos de mudança, nos quais a avaliação desempenha papel decisivo de facilitação ou de bloqueio.

3 — Vale a pena indicar alguns dos bloqueios que a avaliação pode criar aos processos de ensino-aprendizagem, sistematizados num recente texto do sociólogo Philippe Perrenoud (ver documentos consultados). As actividades de avaliação ocupam, em geral, muito tempo e muita energia a professores e a alunos. A elaboração dos textos e a sua correcção, as grelhas e os seus preenchimentos, as fichas, os «perfis», as notas a calcular e a ponderar acabam por ocupar um tempo desmesurado, que deveria ser consagrado aos processos facilitadores das aprendizagens. É o mesmo acontece com os alunos; estuda-se para o teste e para a nota. Isto favorece uma relação utilitária com o saber, que acaba por se justificar muito mais pelo seu uso interno e pelo seu valor escolar do que pelo seu interesse e pelo seu sentido pessoal e social. Depois dos exames, «é para esquecer...». Será este porventura um dos problemas fundamentais da escola actual, cujos saberes ritualizados servem de suporte para um percurso com determinado valor social muito mais do que como aprendizagens constitutivas do pensamento e da acção.

A avaliação leva também os professores a privilegiar actividades mais fáceis de traduzir em registos, notas e observações; são em geral actividades fechadas, estruturadas e já bem experimentadas. A avaliação pode complicar a procura de novas actividades e de novas soluções para ultrapassar dificuldades dos alunos.

Finalmente, a avaliação pode levar os professores a preferir incidir em competências disciplinares, isoladas e quantificáveis, em detrimento de competências inter ou transdisciplinares e mais difíceis de registar (tais como a comunicação, por exemplo).

É importante sublinhar estes aspectos da avaliação e do seu papel, atendendo à existência de rotinas e de práticas enraizadas neste campo.

O teste é, hoje ainda, o instrumento avaliador por excelência; como mostram os recentes trabalhos de investigação de Lucília Salgado e Inês Borges Reis para o 2.º ciclo do ensino básico (ver documentos consultados), a avaliação contínua, dita formativa, consiste em geral numa antecipação descritiva da sumativa que se lhe seguirá, sem qualquer influência transformadora sobre o processo de ensino-aprendizagem.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Parecer n.º 2/92 do Conselho Nacional de Educação. — *Avaliação dos alunos do ensino básico — Preambulo.* — No uso da competência que lhe é conferida pela Lei n.º 31/87, de 9 de Julho, e, nos termos regimentais, por iniciativa própria do Conselho, após apreciação do projecto de parecer elaborado pela conselheira-relatora Prof.ª Doutora Ana Benavente, o Conselho Nacional de Educação, em sua reunião plenária de 7 de Outubro de 1992, deliberou aprovar o referido projecto, emitindo, assim, o seguinte parecer:

I — Introdução

1 — O Despacho n.º 98-A/92 vem, em Julho, revogar o Despacho n.º 162/ME/91, publicado em Outubro passado. Fora então

Sem referir estes elementos de diagnóstico, forçosamente parcelares, tornar-se-ia difícil julgar das potencialidades e dificuldades do diploma em análise.

II — O Despacho n.º 98-A/92

1 — Breve apresentação.

Este despacho refere a Lei de Bases do Sistema educativo, sublinhando os princípios aí consagrados da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, e refere também o Decreto-Lei n.º 286/89 (planos curriculares), afirmando «a necessidade de compatibilizar o sistema de avaliação com a organização curricular constante daquele diploma».

O novo sistema de avaliação diz respeito ao ensino básico e será aplicado, em cada ano de escolaridade, no ano lectivo em que são generalizados os novos programas. Isto significa que o despacho se aplica, já a partir de Setembro próximo, no 2.º, no 5.º e no 7.º anos de escolaridade.

Ao Instituto de Inovação Educacional caberá promover os estudos, o acompanhamento, a concepção e produção de materiais e a avaliação da aplicação deste novo sistema.

Vejam os aspectos mais relevantes de cada capítulo do Despacho n.º 98-A/92:

Capítulo I — Processo de avaliação

Objecto de avaliação:

- Os objectivos gerais de cada ciclo;
- Os objectivos específicos de cada disciplina ou área disciplinar;
- Os processos de aprendizagem (estímulo, socialização e instrução);
- A capacidade de comunicação oral e escrita — língua portuguesa — sobre a qual se pronunciavam todos os professores;
- Os objectivos curriculares mínimos do ensino básico e de cada um dos seus ciclos definidos pelo Ministério da Educação;
- Os objectivos mínimos de cada disciplina, área disciplinar ou área escola definidos pelo conselho pedagógico (posteriormente conselho de escola) de cada estabelecimento escolar, «tendo em conta as especificidades da comunidade educativa» (n.º 5).

Finalidades:

Regular a prática educativa integrada através de:

- Seleção de métodos e de recursos educativos;
- Adaptação curricular às necessidades educativas especiais dos alunos;
- Orientação da intervenção do professor e das decisões dos alunos;
- Melhorar a qualidade do sistema educativo.

Intervenientes:

- Órgãos da escola;
- Equipa de professores — conselho de turma;
- Encarregados de educação;
- Serviços de psicologia e orientação;
- Serviços de educação especial;
- Outros serviços ou entidades (a decidir pelo conselho pedagógico ou conselho escolar);
- Direcções regionais de educação.

Modalidades de avaliação:

Avaliação formativa; sumativa; aferida; especializada — devem harmonizar-se e contribuir para o sucesso dos alunos e para a qualidade do sistema.

Processo individual do aluno:

- Registo do percurso escolar;
- Contém elementos relativos ao desenvolvimento integral do aluno;
- Da responsabilidade do professor (1.º ciclo) ou director de turma (2.º e 3.º);
- Confidencial. Acompanha o aluno na escolaridade básica e é-lhe devolvido no seu termo.

Avaliação formativa:

- Informação qualitativa sobre a aprendizagem, sistemática e contínua;
- Permite estabelecer metas intermédias, adoptar novas metodologias e medidas de apoio;
- Visa conhecimentos, competências, capacidades, atitudes e destrezas;

Coordenada pelo professor (1.º ciclo) e director de turma (2.º e 3.º ciclos);

Formalizada em conselho de turma no fim de cada período lectivo;

Sendo qualitativa e descritiva, pode «utilizar perfis de aproveitamento ou registos estruturados de avaliação» (n.º 24).

Avaliação sumativa:

«Juízo globalizante» sobre conhecimentos, competências, capacidades e atitudes;

Resulta da formalização da avaliação formativa;

Da responsabilidade do conselho de turma — director de turma;

Critérios gerais definidos pelo conselho pedagógico ou conselho escolar;

Fundamenta as decisões sobre apoios e complementos educativos;

No final de cada período lectivo e no final de cada ciclo;

A avaliação sumativa de ciclo fundamenta a decisão de progressão ou retenção do aluno;

Descritiva (1.º ciclo) em escala de 1 a 5, com os registos descritivos da avaliação formativa (2.º e 3.º ciclos), expressa em «Aprovado»/«Não aprovado»;

Nunca pode ocorrer antes do fim do 2.º ano de escolaridade.

Avaliação sumativa extraordinária:

Possível (conselho escolar/conselho de turma) no fim do 2.º período de qualquer ano para efeitos de retenção do aluno nesse ano, comunicada previamente ao aluno e encarregado de educação;

Exige a adopção de um plano de recuperação do aluno; os efeitos desse plano serão avaliados no final do ano para efeitos de progressão ou de retenção.

Avaliação aferida:

Aferida 1 — refere-se («mede») aos objectivos curriculares mínimos a nível nacional — controlo da qualidade do sistema; em qualquer momento do ano; da responsabilidade do Ministério da Educação; sem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos;

Aferida 2 — refere-se aos objectivos curriculares mínimos definidos a nível das escolas; facultativa; no início do 2.º e 3.º ciclos; da responsabilidade do conselho pedagógico.

Avaliação especializada:

Multidisciplinar e interdisciplinar;

Visa estabelecer programação individualizada com conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação;

Conselho directivo (ou director executivo) cria as condições necessárias à implementação, controlo e suspensão das medidas especializadas.

Capítulo II — Efeitos da avaliação

Progressão e retenção:

Retenção ordinária apenas no final de cada ciclo;

Implica repetição do plano de estudos ou plano de apoio específico (disciplinas ou áreas em dificuldade);

Ocorre retenção quando se revele grande atraso em relação aos objectivos e capacidades definidas a nível central e local;

Tem carácter excepcional após apoios e complementos e exige uma proposta de trabalho para o ano seguinte;

Conselho escolar e conselho pedagógico acompanham e avaliam essa execução;

Da responsabilidade do professor (1.º ciclo) e conselho de turma (2.º e 3.º ciclos).

Retenção repetida:

Exige uma avaliação especializada. Ratificação em conselho pedagógico com base em relatório que contém:

Processo individual do aluno;

Pareceres sobre a capacidade de comunicação em língua portuguesa;

Apoios e complementos educativos aplicados;

Parecer dos serviços de psicologia e orientação, quando existam;

Plano de apoio específico para o ano seguinte;

Participação dos encarregados de educação na análise e nas decisões;

Cabe recurso para o director regional de educação;

O conselho directivo (director executivo) e conselho escolar coordenam a execução das recomendações.

Apoio e complementos educativos:

Disciplinares, interdisciplinares, transdisciplinares;
Os órgãos da escola disponibilizam recursos (materiais e humanos), espaço e horário;
Planos de acção ou programas (conteúdos e processos) diversos:

Programas específicos (professor — 1.º ciclo, professor de área — 2.º ciclo, professor da disciplina — 3.º ciclo);
Programa interdisciplinar ou transdisciplinar (coordenador dos directores de turma — 2.º e 3.º ciclos);
Programas alternativos;

Grupos de nível (conselho pedagógico);

Relatório trimestral envolvendo professores — coordenador de directores de turma — conselho pedagógico.

Certificação:

Diploma de ensino básico (aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo);

No caso de limite de idade, certificado do cumprimento da escolaridade obrigatória. Neste caso, possível candidatura a exame final para obtenção do diploma, a nível da escola, por autoproposta;

Os órgãos da escola apoiam (sempre que possível) estes alunos. Regulamentação posterior das provas de exame.

2 — Potencialidades e dificuldades:

Este diploma apresenta princípios e orientações potencialmente facilitadoras da construção do sucesso escolar de todos os alunos, nomeadamente:

- A valorização do desenvolvimento integral de todos e de cada um;
- O reconhecimento da diversidade de necessidades e de contextos dos estabelecimentos escolares, de par com objectivos mínimos a nível nacional, com carácter regulador;
- O reconhecimento de margens de liberdade e de autonomia dos professores e dos órgãos das escolas na avaliação dos seus alunos, sem a imposição de critérios únicos centralmente definidos;
- A importância atribuída à avaliação formativa enquanto elemento central do processo de ensino-aprendizagem;
- A afirmação do carácter «excepcional» da retenção dos alunos;
- A possibilidade de retomar apenas parcialmente o plano de estudos do ano em «retenção», em função das dificuldades específicas de cada aluno;
- A constituição de dispositivos de apoio aos alunos com dificuldades, co-responsabilizando a escola pela sua superação;
- A importância atribuída ao trabalho em equipa de professores e de técnicos, assim como aos órgãos pedagógicos e directivos das escolas;
- A ideia de ciclo de estudos, evitando rupturas constantes nos percursos escolares dos alunos;
- A referência à importância dos meios e recursos materiais e pedagógicos na qualidade da vida escolar;
- A participação dos encarregados de educação nas decisões que dizem respeito aos seus educandos;
- A necessidade de avaliar o sistema de escolaridade básica e de melhorar a sua qualidade.

Mas a afirmação destas potencialidades não pode iludir importantes dificuldades, umas intrínsecas ao próprio diploma e outras que têm a ver com a sua inscrição na escola básica tal como ela hoje existe e funciona.

As dificuldades intrínsecas têm a ver com várias contradições que atravessam o texto, nomeadamente:

A concepção de avaliação formativa e a sua relação com a avaliação sumativa. Saber se, quando o professor ensina, os alunos estão realmente a aprender, não serve só para acumular registos e elementos que se formalizarão posteriormente numa súmula traduzida em notas. A função central da avaliação formativa será a de reformular processos, estratégias e meios de ensinar para conseguir mais aprendizagens, ou seja, deve ter um efeito de retroacção da aprendizagem (ou não) sobre o ensino.

Não sendo assim, a avaliação formativa será uma antecipação cumulativa dos resultados finais.

Ora, a expressão «formalização da avaliação formativa» no fim de cada período sugere precisamente essa súmula antecipada;

Uma outra dificuldade tem a ver com a «avaliação interdisciplinar» e «multidisciplinar»; na escola básica actual e em particular no 2.º e 3.º ciclos, só a área escolar permite e facilita

o desenvolvimento de trabalho interdisciplinar; este exige, aliás, um difícil e exigente processo de construção que questiona não só as práticas como a própria organização escolar (aulas disciplinares de 50 em 50 minutos, por exemplo);

Uma outra dificuldade tem ainda a ver com a concepção dos apoios educativos. No n.º 63 refere-se a «frequência» de apoios e complementos educativos. Ora, os saberes teóricos e pedagógicos mostram que a superação das dificuldades da maior parte dos alunos ocorre por mudanças de modos pedagógicos de ensinar. Só essa mudança pode assegurar a adequação da escola à diversidade de públicos. A concepção de apoios mais ou menos individualizados e de complementos que os alunos com dificuldades «frequentam» traduz uma ideia de explicações, de mais tempo e de «mais do mesmo», sem insistir na necessária diversificação das pedagogias, das linguagens e dos meios de ensino, como práticas habituais e não especiais. Para que os «apoios» resultem, não podem estigmatizar os alunos com dificuldades, levando-os a «frequentar» cursos adicionais; esses apoios não podem ser vividos como uma penalização, mas terão antes de, integrados no quotidiano das classes e da escola, ser vividos com interesse e com prazer;

Quanto aos objectivos curriculares mínimos, a sua definição a nível nacional e local não pode levar a novas hierarquias entre escolas: as que praticam mínimos máximos e as que se ficam por mínimos mais mínimos. Conhecendo as assimetrias e as desigualdades que caracterizam actualmente os estabelecimentos escolares dos três ciclos do ensino básico, há que cuidar que a sua inscrição nos contextos locais não venha a significar escolas pobres em contextos pobres e escolas ricas em contextos ricos, numa simplificação que pretende sublinhar a necessária tensão dinâmica entre contextos e propostas educativas;

É importante assinalar em relação ao 1.º ensino básico que este diploma apresenta um recuo em relação ao sistema de fases; com efeito, a possibilidade de uma avaliação sumativa extraordinária no 3.º ano de escolaridade cria uma eventual interrupção num percurso previsto para dois anos — a segunda fase;

Quanto à avaliação aferida, o facto de não ter qualquer consequência no percurso escolar dos alunos não invalida que traduza a imagem de cada escola para as autoridades e para o exterior. Com que empenhamento será vivida pelos alunos uma modalidade que «não conta»? Serão os seus resultados verdadeiramente fiáveis?

O despacho suscita preocupação quanto aos alunos que atingem a idade limite da escolaridade obrigatória sem terem obtido o diploma. É bom que se possam autopropor e conseguir, através de um exame, esse diploma de escolaridade básica. Mas é preocupante que a responsabilidade da escola na preparação destes alunos para o exame se limite a um apoio «sempre que possível» (n.º 71). Esse apoio deveria ser garantido aos alunos nessas condições;

Finalmente, a proposta de organização do ensino básico em ciclos (4 anos + 2 anos + 3 anos) só tem sentido pedagógico se se assegurar a continuidade da relação entre os professores e os alunos; esta dificuldade surgiu já no passado em que a organização do ensino primário em duas fases de dois anos não foi acompanhada pela garantia de continuidade professor-alunos nesses dois anos. A política de colocação de professores veio a criar rupturas que invalidaram em grande parte o interesse pedagógico dessa medida. A proposta actual de organização do ensino básico em três ciclos suscita a mesma ordem de preocupações.

Uma observação formal ainda: o artigo 68.º do diploma contraria o que está estipulado no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo não superior (artigo 35.º do Decreto n.º 553/80), pois os estabelecimentos de ensino com paralelismo pedagógico não podem emitir diplomas, ao contrário do que aqui se dispõe.

Quanto às dificuldades de inscrição deste diploma na realidade escolar actual, são múltiplas, tendo a ver, nomeadamente:

Com a rede escolar e a dimensão das escolas;

Com a carência de espaços disponíveis (e sua qualidade) e a sobrelotação de muitos estabelecimentos;

Com a política de colocação de professores, causa de muitas descontinuidades no acompanhamento dos alunos, podendo invalidar completamente a ideia de «ciclo» de estudos;

Com as condições de trabalho de professores e de alunos: número de turmas por professor, número de alunos por turma;

Com os deficientes recursos materiais e pedagógicos existentes nas escolas;

Com o facto de os serviços de psicologia e de orientação, assim como as equipas de educação especial, terem uma capacidade de resposta inferior às solicitações actuais; o diploma aponta para um aumento dessas solicitações;

Com as exigências acrescidas aos professores, supondo, por exemplo, que lhes é fácil elaborar programas específicos para os alunos com dificuldades (quando a esmagadora maioria dos professores está excluída da elaboração de programas, tarefa remetida, em geral, para especialistas);

Não é difícil adivinhar a produção de alguns «efeitos perversos»; um dos mais óbvios tem a ver com a necessidade de justificar formalmente, oficialmente e quase exaustivamente qualquer retenção dos alunos e, em particular, a retenção repetida. Como a progressão não exige qualquer justificação da mesma ordem, é fácil prever o efeito de pressão para a progressão dos alunos, o que não garante que essa progressão corresponda sempre a reais aprendizagens.

Este diploma supõe a existência de uma escola básica que ainda não existe. A sua prática generalizada só será possível em escolas equipadas com centros de recursos, com equipas de técnicos especialistas disponíveis, com espaços e tempos adequados; a sua prática exige um enorme trabalho de registo e de escrita por parte dos professores e um elevado número de reuniões de trabalho numa gestão pedagógica colectiva. Exige professores com uma formação facilitadora da mudança de práticas (nomeadamente de práticas de avaliação), criativos e imaginativos, rigorosos e eficazes. Exige um conhecimento individualizado dos alunos, o que supõe escolas bem dimensionadas e uma continuidade na sua ligação dos professores às escolas e às turmas, o que está longe de ser uma realidade. Exige relações de parceria com os encarregados de educação num campo muito delicado — o do aproveitamento escolar dos seus filhos, a retenção e os programas de apoio. Isto numa instituição que não está habituada a negociar com os pais e que pratica o etnocentrismo a vários títulos.

A autonomia não se assegura sem meios para definir e para assumir projectos e prioridades. A não ser assim, tratar-se-á apenas de um pretexto formal para impor às escolas responsabilidades adicionais. A autonomia não pode significar fazer com o que se tem e como se pode, gerindo sobretudo carências e dificuldades; a autonomia supõe maiores exigências a nível local mas também a nível regional e central.

III — Interrogações críticas

A análise do diploma relativo à avaliação dos alunos do ensino básico e a leitura de algumas das suas potencialidades e dificuldades permite levantar várias questões, nomeadamente:

1 — A responsabilidade que aqui se atribui às escolas (definição de objectivos curriculares mínimos, instalação de apoios aos alunos, elaboração de programas específicos e alternativos, etc.) vai de par com a concretização das condições previstas para a progressiva autonomia das escolas?

Que metas funcionais e temporais se definem para essa autonomia?

2 — Existirá correspondência entre as orientações relativas à avaliação e as orientações dominantes nos novos programas?

A avaliação diz querer visar conhecimentos, competências, capacidades, atitudes e destrezas. Não se pode avaliar o que não se ensina, e reside aqui uma das questões preocupantes: os novos programas têm vindo a ser experimentados com os anteriores modos e critérios de avaliação e não têm sido referenciadas rupturas importantes. O que acontecerá agora?

3 — Este diploma cria muitas e novas exigências aos professores e às escolas. As políticas de equipamentos, de recursos e, muito em particular, de colocação de professores são decisivas para facilitar ou dificultar o desenvolvimento de um processo transformador dos modos de avaliar nas escolas. Que apoios efectivos (nomeadamente de natureza científica e técnica) lhes são assegurados para a construção de novas práticas? Estas não podem ser deixadas à simples boa vontade dos professores. Que formação continuada e pertinente lhes é facilitada? Não será certamente nalguns cursos mais ou menos disciplinares (financiados pelos próprios docentes) que estes aprenderão a praticar a avaliação inter e transdisciplinar, por exemplo. Que formação centrada nas práticas e nas suas exigências e necessidades lhes será facultada? Que instituições e que formadores estarão dispostos (e terão condições) para responder a este desafio?

4 — Se é verdade que os alunos não aprendem mais por terem repetências, também é verdade que não passam a aprender mais só por serem mais dificilmente «retidos». As exigências de múltiplas justificações escritas, formais, oficiais para a «retenção» não pode significar uma pressão para a progressão facilitada. A qualidade das aprendizagens depende fundamentalmente da qualidade do ensino, da sua adequação às necessidades dos alunos e das condições em que se processa o ensino-aprendizagem. É toda a vida escolar que está

em jogo. Assim, os apoios e complementos educativos não podem ser actividades menores e marginais e exigem enorme investimento de saberes, de meios e de competências. Como serão assegurados?

5 — O despacho prevê um maior poder de intervenção e de decisão dos encarregados de educação na escola, o que é positivo. É bom sublinhar, no entanto, que os pais têm concepções e objectivos diversos e por vezes até contraditórios entre si e também com os dos alunos e os dos professores. São lógicas distintas que podem entrar em negociação ou em confronto. Isto significa que a relação escola-pais neste campo traz novas exigências de formação dos parceiros educativos, de modo que não se criem antagonismos, conflitos e dificuldades em vez de uma maior colaboração negociada.

Como vai ser considerada esta dimensão do despacho (dimensão presente também no diploma referente à gestão das escolas) na formação inicial e contínua de professores e em espaços de informação/formação para outros parceiros educativos? Como serão estimuladas e apoiadas actividades associativas e cooperativas neste campo?

6 — Como entender as atribuições do Instituto de Inovação Educativa neste campo da avaliação quando não lhe estão cometidas atribuições similares quanto aos programas? Fará algum sentido conceber e produzir instrumentos de avaliação desligados dos conteúdos e dos processos pedagógicos? Não se pode reduzir a uma questão técnica o que se diz constituir elemento regulador intrínseco dos processos de ensino-aprendizagem.

7 — Os objectivos de avaliação da qualidade do sistema de ensino e as comparações entre escolas exigem simultaneamente políticas de correcção das assimetrias regionais e de investimentos financeiros, materiais, pedagógicos e científicos na melhoria das escolas. Só assim se evitará criar novas hierarquias entre escolas «melhores» e «piores», ocultando os factores que estruturam e influenciam essa maior ou menor qualidade.

As respostas a estas questões serão decisivas quanto ao futuro deste diploma: tratar-se-á de um conjunto de intenções que não passarão do papel ou traduzir-se-ão em políticas e em práticas educativas concretas?

IV — Conclusão e recomendações

O Despacho n.º 98-A/92 apresenta orientações potencialmente facilitadoras do sucesso escolar dos alunos e traduz alguma preocupação com a avaliação do próprio sistema educativo.

Podem prever-se, no entanto, muitas dificuldades para a sua concretização, pois é um diploma que supõe uma escola básica que não existe e cuja construção exige não só uma maior coerência legislativa como a criação de melhores condições materiais e pedagógicas nas escolas.

A sobrelotação, os espaços e tempos desadequados, as políticas de colocação de professores, as dificuldades financeiras, as carências de recursos, as rotinas pedagógicas enraizadas, as representações e as práticas centradas mais no ensino do que na aprendizagem, mais na hierarquização do que na promoção, a formação de professores desligada do quotidiano escolar e do seu acompanhamento, as muitas exigências por vezes contraditórias que pressionam as escolas e os professores e a falta de uma política de apoio à inovação são outros tantos obstáculos à concretização das orientações mais positivas deste diploma.

O Conselho Nacional de Educação:

1 — Considera que o despacho n.º 98-A/92 é um documento globalmente positivo, nomeadamente pela importância atribuída à avaliação formativa, pela co-responsabilização da escola pelas aprendizagens dos alunos, pela valorização da língua materna e pela maior participação dos encarregados de educação. Mas não basta elaborar um texto inovador sobre avaliação dos alunos para transformar as condições em que se ensina e se aprende nas escolas.

2 — Manifesta-se a sua preocupação com a aplicação de um despacho que não foi experimentado e que apresenta contradições e desencontros relativamente a outros diplomas em vigor e às condições actuais da escola básica.

3 — Considera que a aplicação do Despacho n.º 98-A/92 só terá sentido se se desenvolverem paralelamente políticas de colocação de professores, de equipamento das escolas, de disponibilização de recursos científicos e técnicos e de formação de professores, coerentes com as exigências formuladas pelo novo sistema de avaliação dos alunos.

4 — Considera a urgência de proceder a um levantamento das condições mínimas que, do ponto de vista das escolas e dos professores, são necessárias para que se inicie a aplicação do Despacho n.º 98-A/92.

5 — Recomenda a criação de dispositivos de apoio continuado a algumas escolas em que o despacho será aplicado no próximo ano lectivo, para identificar dificuldades concretas e para construir propostas que facilitem a sua prática.

6 — Recomenda a análise dos «efeitos» deste diploma ao nível das aprendizagens dos alunos, do trabalho dos professores e da vida das

escolas e não apenas ao nível das opiniões que sobre ele se formulam. Só este tipo de avaliação dará sentido a uma «aferição» que visa melhorar a qualidade do sistema.

7 — Recomenda o apoio a diversas modalidades de informação aos encarregados de educação, de modo a facilitar a sua participação útil e esclarecida.

Documentos consultados:

Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 29.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 198.

Despacho n.º 162/ME/91, de 9 de Setembro, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244.

Abrantes, Paulo (1990), «Diz-me como avalias, dir-te-ei como ensinas...», in *Educação e Matemática*, n.º 16, Lisboa, p. 1.

Associação de Professores de Matemática (1990), «Avaliação dos alunos: primeira posição da Associação de Professores de Matemática sobre o projecto do Ministério», in *Educação e Matemática*, n.º 16, Lisboa, pp. 27-29.

Comunicações apresentadas no Seminário Nacional sobre o Novo Sistema de Avaliação (Despacho n.º 162/ME/91), Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, Março de 1992 (textos polycopiados):

Almerindo J. Afonso/Licínio Lima, «Organização do ensino e das escolas no quadro do novo sistema de avaliação — uma perspectiva sociológico-organizacional».

Ana Benavente, «Medidas de compensação educativa ou compensar as medidas educativas?».

João Bellem Ribeiro, «Compensação educativa».

Jorge Pinto, «Modalidades de avaliação — uma questão de nome ou uma questão de práticas?».

Maria do Carmo Clímaco, «O novo modelo de avaliação dos alunos e as suas consequências organizacionais nas escolas».

Maria Hermínia Neto, «Compensação educativa».

Paulo Sucena, «O Despacho n.º 162/ME/91 (avaliação dos alunos) e a organização do ensino e da escola».

Valter V. Lemos, «Novo sistema de avaliação — enquadramento de uma mudança».

Borges Reis, Inês e Salgado, Lucília (1992), «Reprodução social e práticas de avaliação escolar. Comunicação apresentada ao II Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia», Lisboa, Fevereiro.

Salgado, Lucília (1992), «Avaliar ou ensinar?», in *Noésis*, n.º 23, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, Junho, pp. 29-32.

Perrenoud Philippe (1992), «Les procédures ordinaires d'évaluation, freins au changement des pratiques pédagogiques». Seminário Innover et/ou évaluer, Université de Neuchâtel, Março, texto polycopiado.

7 de Outubro de 1992. — O Presidente, *Eduardo Carrega Marçal Grilo*.

Declaração de voto. — Votei contra o projecto de parecer sobre o Despacho n.º 98-A/92, de 20 de Junho (*Diário da República*, 1.ª série B), relativo à avaliação dos alunos do ensino básico, analisado na reunião plenária do Conselho Nacional de Educação do dia 7 de Outubro, pelas razões que a seguir passo a expor:

1 — Apesar de nele se reconhecer a necessidade de coerência «entre a avaliação, as pedagogias, os currículos, os programas e a organização pedagógica», o projecto de parecer falhou a oportunidade de apresentar ao Conselho uma reflexão sistematizada, suficientemente documentada e teoricamente fundamentada, sobre as relações entre os objectivos ou finalidades fundamentais do sistema educativo, por um lado, os processos, factores e condições instrumentais do ensino e da aprendizagem, por outro, e, ainda, sobre as relações entre ambos e as modalidades de avaliação. Com efeito, o parecer, tal como o despacho que analisa, não clarificou, à luz de uma teoria do processo educativo ou do ensino e da aprendizagem, o *topos* específico, o estatuto e o papel da avaliação no sistema de relações entre as finalidades declaradas e desejadas, os meios utilizados e os resultados obtidos, ou seja, as aquisições verificadas e modificações observadas, de forma que, por intermédio de uma desejável clarificação teórica, fosse possível desmontar «ideias-feitas», desfazer equívocos e iluminar representações sociais, há muito estabelecidas e enraizadas na prática social, particularmente na prática pedagógica.

Trata-se de representações sociais que concebem a avaliação como uma «questão central» ou como uma «questão fulcral», de tal modo influente no comportamento dos agentes educativos (professores, alunos e pais) que é percebida, vivida e praticada como um objectivo ou finalidade do processo educativo em vez de ser concebida

e praticada como um meio ou instrumento de regulação entre os objectivos formulados (definidos em termos operacionais ou de competências comportamentais a adquirir pelos alunos no decurso da formação ou aprendizagem) e as competências demonstradas. O essencial da reflexão a empreender centra-se, no nosso entendimento, em torno da função mediadora, instrumental ou reguladora dos processos de ensino-aprendizagem relativamente aos objectivos desejados e às *performances* que os alunos conseguem realizar.

Trata-se de uma questão radical que o projecto de parecer não considerou como ponto de partida para o desenvolvimento coerente e sistémico da questão em apreço.

2 — Por ausência de um fio teórico orientador e articulador, tanto os comentários como as reflexões formuladas surgem motivadas quer pela intenção crítica e ideológica, quer pela reivindicação da experimentação ou «teste empírico prévio». A esta luz, não admira que o conjunto dos comentários e notas críticas assumam um carácter parcelar, de intenção crítica pontual, sem capacidade de orientação conceptual alternativa e, por conseguinte, sem dinamismo mobilizador de mudanças qualitativas a introduzir na teoria e na prática pedagógica do ensino, da aprendizagem e da avaliação, ao serviço do desenvolvimento da personalidade global dos alunos como agentes de desenvolvimento sócio-económico e cultural.

3 — Embora seja uma nota quase formal e de pormenor, não poderíamos deixar de assinalar que o modo incompleto e pouco rigoroso como são feitas as indicações de livros, artigos e documentos referenciados no texto é sintomático do carácter assistemático e parcelar do projecto de parecer no seu conjunto. *Manuel Viegas Abreu*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho Normativo n.º 644-A/94

O desenvolvimento do regime de avaliação dos alunos do ensino básico durante dois anos sucessivos mostrou a necessidade de proceder a alguns ajustamentos naquele diploma, recolhendo os ensinamentos decorrentes da sua aplicação ao processo de ensino e de aprendizagem dos alunos da escolaridade básica.

O investimento de confiança da comunidade e do Estado no regime da escolaridade obrigatória justifica o reforço de medidas que permitam induzir uma maior equidade, justiça e rigor na avaliação dos alunos.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto:

Determina-se o seguinte:

1 — São aditados ao anexo do Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, os n.ºs 33-A, 33-B, 33-C, 33-D, 33-E e 33-F, com a seguinte redacção:

33-A — Entre os elementos a considerar para a avaliação sumativa no final do 3.º ciclo inclui-se uma prova escrita global a realizar em todas as disciplinas do 9.º ano, excepto nas disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica, ou de outras confissões, de Desenvolvimento Pessoal e Social e de Educação Física.

33-B — Na disciplina de Ciências Naturais, a prova global ocorre no final do 8.º ano.

33-C — As provas globais são realizadas a nível de escola, sendo elaboradas pelo grupo disciplinar ou departamento curricular, segundo critérios aprovados pelo conselho pedagógico.

33-D — Para efeitos de formalização da avaliação sumativa em cada disciplina sujeita a prova global, a classificação final a atribuir será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{3 \text{ Cf} + PG}{4}$$

em que:

CF=classificação final;

Cf=classificação de frequência no final do 3.º período;

PG=classificação da prova global.

33-E — As condições específicas de realização das provas globais constam de despacho autónomo do Ministro da Educação.

33-F — As provas globais previstas nos n.ºs 33-A e seguintes aplicam-se aos alunos que frequentem o 8.º ano de escolaridade a partir do ano lectivo de 1995-1996 e o 9.º ano de escolaridade a partir de 1996-1997.

2 — O n.º 54 do anexo ao Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

54 — Presume-se que o aluno revela grande atraso em relação aos objectivos e capacidades definidas quando obtenha nível inferior a 3 em mais de três disciplinas. Em anos de conclusão de ciclo, presume-se ainda o grande atraso quando o aluno obtenha nível inferior a 3 em mais duas disciplinas quando nestas se incluam, cumulativamente, as de Português e de Matemática.

3 — São ainda aditados ao anexo do Despacho Normativo referido no n.º 1 os n.ºs 54-A, 54-B e 73, com a seguinte redacção:

54-A — O conselho de turma pode, no entanto, excepcionalmente deliberar a progressão de um aluno que se encontre nas condições previstas no número anterior, explicitando em acta os fundamentos da deliberação.

54-B — Mesmo que o aluno do 2.º ou do 3.º ciclo não tenha sido sujeito ao processo de avaliação sumativa extraordinária previsto nos n.ºs 36 e seguintes, pode ser objecto de retenção quando a falta de assiduidade inviabilizar a avaliação sumativa do aluno, determinar a falta de aproveitamento escolar ou indiciar a sua recusa de integração cívica na comunidade escolar.

73 — Os relatórios e outros procedimentos escritos previstos no presente diploma que devam ser apreciados pelo conselho de turma ou que fundamentem as suas deliberações podem ser dispensados, mediante deliberação do conselho de turma, sendo substituídos por declarações verbais dos professores a quem a sua elaboração competiria, as quais devem ser registadas na acta da respectiva reunião.

Ministério da Educação, 8 de Setembro de 1994. —
A Ministra da Educação, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*.